

A. I. N° - 206920.0007/22-8
AUTUADO - BRAVO ARMAZÉNS GERAIS LTDA.
AUTUANTE - MARCO ANTÔNIO MACHADO BRANDÃO
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ OESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 16/07/2025

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0145-06/25-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS AO ATIVO IMOBILIZADO. DIFERENÇA ENTRE AS ALÍQUOTAS INTERNA E INTERESTADUAL. Reduzido o valor lançado com base na informação fiscal que acolheu as alegações defensivas. Valores remanescente quitados pelo contribuinte. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de infração em epígrafe, lavrado em 29/03/2022 (ciência em 20/04/2022, pelo DT-e), exige ICMS no valor histórico de R\$ 270.189,26, além de multa e dos acréscimos moratórios, em decorrência da seguinte infração:

Infração 01 - cód. 006.001.001: Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades de Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. **Multa:** 60%.

O Sujeito Passivo apresenta impugnação às folhas 23/29, mediante a qual contesta o presente lançamento, aduzindo o que segue.

Explica que o auto de infração é composto por notas fiscais de transferências, notas sem recolhimento do DIFAL por falha operacional bravo e notas sem recolhimento do DIFAL porque se trata de aquisições com benefício fiscal. Categoriza as notas em três grupos conforme detalhadas abaixo:

1. NOTAS FISCAIS DE TRANSFERÊNCIA
2. NOTAS FISCAIS CUJO DIFAL NÃO FOI RECOLHIDO
3. NOTAS FISCAIS EM QUE NÃO CABE RECOLHIMENTO DO DIFAL

Quanto às NOTAS FISCAIS DE TRANSFERENCIA, argumenta que, perante a legislação, por ser uma operação de Transferência do ativo imobilizado de bens com mais de um ano de utilização, foi feita a transferência entre as próprias empresas da Bravo para sanar necessidades de operação e as mesmas não incidem o recolhimento do DIFAL. Informa que seguem detalhadas as notas abaixo e cópia das notas na pasta denominada ANEXO I - NOTAS DE TRANSFERENCIA, conforme imagem abaixo.

ANEXO II - PAF.206920.0007/22-8 - BRAVO ARMAZENS GERAIS LTDA - CNPJ.01.759.112/0002-74 - NOTA DE TRANSFERENCIA									
Seq. Debito	Seq. Infração	Infração	Grupo	Data Ocor	Data venc	Aliq.	Valor Hist.	Valor Débito	Justificativa Bravo
1	1.06.01.01	P		43524	43524	18	R\$ 2.333,85	R\$ 2.333,85	NFs 10085 e 82632 - transferências de ativo imobilizado com mais de 1 ano
2	1.06.01.01	P		43585	43585	18	R\$ 24.858,09	R\$ 24.858,09	NF 85665 - transferência de ativo imobilizado com mais de 1 ano
12	1.06.01.01	P		44407	44407	18	R\$ 9.907,09	R\$ 9.907,09	NFs 1996, 1997, 2029, 2030 - transferências de ativo imobilizado com mais de 1 ano

Informa, ainda, que segue abaixo uma nota detalhada de transferência de ativos imobilizados com mais de um ano para suporte da operação de Bravo Paulínia para bravo Luís Eduardo Magalhaes, conforme imagem abaixo.

DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA NOTAS NÃO FOI RECOLHIDO									
BRAVO ARMAZENS - IEM - PAF.2069200007228									
NE	FORNECEDOR	VALOR TOTAL NF	ALÍQ. INTERICMS (12%/29/4%)	BASE DE CÁLCULO ALQ. INTERICMS (18%)	DIF. ALÍQUOTA	VALOR A PAGAR DIFERENÇA			
66669	IRONIUS DO BRASIL COM. IND. E SERVIÇOS	26.259,98	4%	1.050,40	RS 15.030,44	18%	2.705,48	1.655,08	32,77
407	ARTEC NOVA ODESSA	7.470,00	7%	522,90	RS 8.472,07	18%	1.524,97	1.002,07	522,90
48244	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	254.695,16	7%	17.828,66	RS 288.861,58	18%	51.995,09	34.166,42	34.166,42
48245	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	156.483,65	7%	10.953,86	RS 177.475,36	18%	31.945,56	20.991,71	20.991,71
48252	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	193.473,90	7%	13.543,17	RS 219.427,72	18%	39.496,99	25.953,82	25.953,82
48254	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	189.698,06	7%	13.278,86	RS 215.145,36	18%	38.726,16	25.447,30	25.447,30
48262	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	194.464,12	7%	13.612,49	RS 220.550,77	18%	39.699,14	26.086,65	26.086,65
48286	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	6.561,81	7%	459,33	RS 7.442,05	18%	1.339,57	880,24	880,24
48309	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	214.695,30	7%	15.028,67	RS 243.495,89	18%	43.829,26	28.800,59	28.800,59
48335	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	94.056,17	7%	6.583,33	RS 106.673,46	18%	19.201,22	12.617,29	12.617,29
48360	MECALUX DO BRASIL SIST. ARMAZENAGEM	135.871,84	7%	9.511,03	RS 154.098,55	18%	27.737,74	18.226,71	18.226,71
TOTAL		1.473.729,99		102.373,30	1.656.673,26		298.201,19	195.827,89	193.726,40

Explica, ainda, que o sequencial 03, 07 e 08, totaliza R\$ 193.726,40, conforme DAE 2117871413 - ICMS AUTO INFRACAO/DEN.ESPONTÂNEA/NOT.FISCAL/D.DEC, cujo imagem abaixo acosta.

85870002254 9 39600005202 0 20620211787 3 14131755193 4	
<p>GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA FAZENDA DOCUMENTO DE ARRECDAÇÃO ESTADUAL DAE</p>	
16-USO DA REPARTIÇÃO	1-CÓDIGO DA RECEITA 1755
Data: _____ Cadastro: _____	2-DATA DE VENCIMENTO 20/06/2022
Assinatura: _____	3-INSCRIÇÃO ESTADUAL/CPF OU CNPJ 01.759.112/0002-74
17-Nº DE SÉRIE / NOSSO NÚMERO 2117871413	4-REFERÊNCIA
18-ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA ICMS AUTO INFRACAO/DEN.ESPONTÂNEA/NOT.FISCAL/D.DEC	5-DIC. ORIGEM PLACA VEÍCULO 2069200007/22-8
19-CNPJ / CPF 01.759.112/0002-74	6-CÓDIGO DO MUNICÍPIO 41802
20-NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL BRAVO ARMAZENS GERAIS LTDA	7-VALOR PRINCIPAL R\$ 193.726,40
21-ENDEREÇO RÓDovia BR 242 KM 88 RUA C	8-CORREÇÃO MONETÁRIA R\$ 0,00
22-BAIRRO CENT.IND.DO CER	9-ADRE. MORATÓRIO E/OU JUROS R\$ 20.089,62
23-CEP 47.850-000	10-MULTA POR INFRAÇÃO R\$ 11.623,58
24-MUNICÍPIO LUIS EDUARDO MAGALHAES	11-TOTAL A RECOLHER R\$ 225.439,60
25-INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agente arrecadador credenciado. Pagável até 20/06/2022 Após esta data deverá ser emitido outro DAE com nova data máxima de pagamento.	12-RECEITA BRUTA ACUMULADA R\$ 0,00
	13-IMPONTO DEVIDO R\$ 0,00
	14-DEDUÇÃO INCENTIVO AO EMPREGO R\$ 0,00
	15-TOTAL A RECOLHER R\$ 225.439,60

Quanto às NOTAS FISCAIS EM QUE NÃO CABE RECOLHIMENTO DO DIFAL, informa que, conforme planilha denominada “ANEXO III – NOTAS NÃO CABE RECOLHIMENTO”, os sequenciais 5, 9 e 11 têm seus respectivos comprovantes de pagamento justificados no PAF 2069200006221. Explica que estão detalhados no “ANEXO III - ABA I – NOTAS COM COMPROVANTE” e seus respectivos comprovantes “ANEXO III – COMPROVANTES”.

Explica, ainda, que, no ANEXO III - ABA II - NOTAS ITENS INFORMATICA estão descritos os sequenciais em que não foi recolhido o DIFAL, pois a carga tributária interna foi fixada em 12% e os produtos têm benefícios fiscais, conf. art. 266, inciso XIII, alínea d, do RICMS/BA descrito abaixo. Informa que as notas se encontram na pasta denominada “ANEXO III - NOTAS ITENS INFORMATICA, Fig 01 – Consulta benefícios fiscais, conforme abaixo.

Alíquotas Internas e Benefícios Fiscais - Bahia

Alíquotas	FECP	Reduções de Base de Cálculo	Isenções	Créditos presumidos	Diferimentos	Pesquisar
-----------	------	-----------------------------	----------	---------------------	--------------	-----------

Busca:

Alíquotas

ATENÇÃO: na hipótese de não haver previsão de alíquota específica, será cabível a aplicação da regra geral - alíquota de 18%, conforme expresso no [artigo 15, inciso I, alínea "a", da Lei nº 7.014/96](#). Saliente-se que a legislação pode fazer referência ao código NCM do produto ou somente à descrição, sendo recomendável, portanto, máxima atenção ao efetuar a busca.

A busca do código NCM do produto levará em conta a informação constante na legislação estadual. Tendo em vista a implementação do novo Sistema Harmonizado (SH-2022), recomenda-se a verificação das alterações incorridas entre as versões da NCM do produto, por meio da ferramenta [Correlação da NCM](#).

A busca não localizou nenhum resultado em relação à palavra ou código pesquisado.

FECP

A busca não localizou nenhum resultado em relação à palavra ou código pesquisado.

Reduções de Base de Cálculo

NCM	Descrição
8471	Aparelhos e equipamentos de processamento de dados, seus periféricos e suprimentos: máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições, inclusive computador de mesa (desktop), computador portátil (notebook e tablet)

[+ Detalhes](#)

Operações	Redução Aplicável	Base Legal da Redução
Internas	Carga tributária de 12%	Artigo 266, inciso XIII, alínea "d", do RICMS/BA

Observações

Este benefício fiscal foi reinstituído por meio da [Lei nº 14.033/2018](#), observando-se, quanto à sua vigência, os prazos máximos de que trata a [cláusula décima do Convênio ICMS 190/2017](#).

Apresenta, a seguir, um caso, detalhando a Nota Fiscal nº 121107, conforme abaixo.

DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica																	
0 - ENTRADA 1 - SAÍDA						CHAVE DE ACESSO 3219 1071 7027 1600 0693 5500 2000 1211 0718 4711 0004											
Nº. 000.121.107 Série 002 Folha 1/1						Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora 332190050718572 - 04/10/2019 17:48:39											
Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros						PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO											
INSCRIÇÃO ESTADUAL						DISCRICÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.						CNPJ					
082476160												71.702.716/0006-93					
DESTINATÁRIO / REMETENTE						CNPJ / CPF						DATA DA EMISSÃO					
NOME / RAZÃO SOCIAL BRAVO ARMAZENS GERAIS LTDA						01.759.112/0002-74						04/10/2019					
ENDEREÇO						CEP						DATA DA SAÍDA/ENTRADA					
BAIRRO / DISTRITO						CENT.IND.DO CERRADO						74850-000					
UF FONE / FAX						INSCRIÇÃO ESTADUAL						HORA DA SAÍDA/ENTRADA					
BA						3433265230						067069088					
MUNICÍPIO																	
LUS EDUARDO MAGALHAES																	
FATURA / DUPLICATA																	
Num. 001																	
Vers. 01/11/2019																	
Valor: R\$ 4.050,00																	
CÁLCULO DO IMPOSTO																	
BASE DE CÁLC. DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLC. ICMS S.T.		VALOR DO ICMS SUBST.		V.IMP. IMPORTAÇÃO		V.ICMS UF REMET.		VALOR DO FCP		VALOR DO PIS		V. TOTAL PRODUTOS	
4.050,01		486,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		66,83		4.050,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESPESAS		VALOR TOTAL IPI		V.ICMS UF DEST.		V. TOT. TRIB.		VALOR DA COFIN'S		V. TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		860,63		307,80		4.050,00	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS																	
NOME / RAZÃO SOCIAL						FRETE POR CONTA						CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEÍCULO		UF	
BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA						(0) Emitente										CNPJ / CPF	
ENDEREÇO						MUNICÍPIO						GUARULHOS		SP		INSERÇÃO ESTADUAL	
ROD PRESIDENTE DUTRA S/N, KM 217.8																796621736119	
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO							
1										1,750						1,750	
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS																	
CODIGO PRODU TO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVICO	NCM/SI	O.CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI				
0000000000001013123	NON90000B8 E490 HD 12825U RGB 30GB W10 Pro Nota Fiscal Emitida no termo do art 5º § 2º da Dec 454/000 do RICMS/SP não Influência pelo IP/DN 1 Prod. Adq Fornec LENOV O COMERCIAL E DISTRIB LEMITADANE 000124476 de 1/09/2019 CNPJ 22/9754500010316 553406835118 Lei Fedr24591 Item/Fit Port/MCT - 86 Da 01/11/2012.	84713012	400	6102	PEC	1,0000	4.050,0000	4.050,00	4.050,01	486,00		12,00					

Apresenta imagem, referenciando o fornecedor do produto na “descrição”, conforme abaixo.

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH
0000000000001031233	20N90000BR E490 HD 158265U 8GB 500GB W10 Pro Nota Fiscal Emitida nos termos do art 313 Z19 do CT Tributado pela Lei 11.741/08 de 16/08/2008 de 15/4/2000 do RICMSSP LIMITADANF 000124476 de 13/09/2019 CNPJ 22797545000103IE 353306835118 Lei Fed824891IsenPI PortMCT 786 Dt 01112012	84713012

Explica, ainda, que foi feita a consulta deste CNPJ destacado na descrição do produto, para confirmação do CNAE no site da Receita Federal. Ressalta que a Lenovo realmente é fornecedor de equipamentos de informática e que o NCM, cujo início é 8471, é o mesmo sinalizado na consulta feita da fig 01, conforme imagem abaixo.

<div>  <div> <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div> <div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</div> </div> </div>		
<div> <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>22.797.545/0001-03</div> <div>MATRIZ</div> </div>	<div> <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div> </div>	<div> <div>DATA DE ABERTURA</div> <div>07/07/2015</div> </div>
<div> <div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUICAO LIMITADA</div> </div>		
<div> <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>*****</div> </div>		<div> <div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div> </div>
<div> <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática</div> </div>		
<div> <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div> 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves </div> </div>		
<div> <div>Forma de emissão do pagamento:</div> <div> <div> <div>SIMBAL</div> <div> <div>13-IMPOSTO DE RENDAS RETENIDO</div> <div>R\$ 0,00</div> </div> <div> <div>14-IMPOSTO DEVIDO</div> <div>R\$ 0,00</div> </div> <div> <div>15-DEDUÇÃO INCENTIVO AO EMPREGO</div> <div>R\$ 0,00</div> </div> </div> <div> <div> <div>10-MULTA POR INFRAÇÃO</div> <div>R\$ 20.089,62</div> </div> <div> <div>11-TOTAL A RECOLHER</div> <div>R\$ 225.439,60</div> </div> </div> </div> </div>		

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Arremata a sua peça impugnatória, informando que, no Anexo IV, consta a Guia do PAF nº 2069200007228 e o comprovante de pagamento da mesma, efetuado no dia 20/06/2022, às 15:26,

conforme imagens abaixo.



30
horas

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Tributos Estaduais com código de barras

Identificação no extrato: SISPAG TRIBUTOS	
Dados da conta debitada:	
Nome: BRAVO ARMAZENS GERAIS LTDA	
Agência: 3035	Conta: 25019 - 4
Dados do pagamento:	
Código de barras:	858700022549 396000052020 206202117873 141317551934
Controle:	21710250194122355230
Valor do documento:	R\$ 225.439,60
Informações fornecidas pelo pagador:	PAF BAHIA REGIS
Operação efetuada em 20/06/2022 às 15:26:40 via Sispag, CTRL 374921147000025.	
Autenticação: 01B5D429036D4E408D664EEEE07BB8FD373B7C33	

Termos em que, pede deferimento.

Às folhas 109-A/111, estranho ao feito presta informação fiscal, dado o falecimento do autuante, oportunidade em que aduziu o seguinte.

Quanto à alegação de produtos relativos a transferência de ativo imobilizado (e de que não seria devido o diferencial de alíquotas – fls. 48 a 56), admite que assiste razão ao contribuinte.

Quanto às notas fiscais cujo DIFAL o contribuinte admite que não fez os recolhimentos, informa que o Sujeito Passivo reconheceu **uma parte** dos lançamentos e fez o recolhimento.

Explica, ainda, que, para a **outra parte**, o contribuinte menciona que, para alguns dos produtos, o DIFAL foi recolhido na apuração do ICMS (RAICMS), justificado no PAF nº 2069200006/22-1. Neste ponto, admite que assiste razão ao contribuinte, justificando o ocorrido pelo fato de o autuante não ter considerado lançamentos no RAICMS e pagamentos realizados nos exercícios de 2020 e 2021.

Quanto aos produtos de informática cuja alegação é de que a alíquota interestadual é idêntica a tributação interna, admite que assiste razão ao contribuinte.

Explica que existe planilha que não bate com o resumo e, conseqüentemente, com o lançamento no Auto de Infração. Por isso, fez a reconstituição dos pagamentos realizados pelo contribuinte e não considerados pelo autuante, conforme abaixo.

Ocorrência	Vr Histórico	Planilha	Valor	ESTORNO PGTO	ICMS DEVIDO
		FLS	Planilha		
28/02/2019	2.333,85	8	2.903,41	INDEVIDO	0,00
30/04/2019	24.858,09	8	24.269,51	INDEVIDO	0,00
30/09/2019	1.687,85	8	1.570,48	2.622,63	32,77
31/10/2019	7.590,71	8 e 8 verso	3.825,86	3.832,43	0,00
28/02/2020	332,68	10	332,68	600,38	0,00
30/06/2020	360,73	10	360,73	INDEVIDO	0,00
31/07/2020	213.768,29	10	213.768,29	20.597,55	193.170,73
30/08/2020	1.705,90	10 VERSO	1.241,41	23.356,44	522,90
30/09/2020	5.830,10	10 VERSO	3.414,60	12.933,72	0,00
30/04/2021	1.415,26	14	1.415,26	2.487,57	0,00
30/06/2021	398,71	14	398,71	INDEVIDO	0,00
30/07/2021	9.907,09	14	9.907,09	INDEVIDO	0,00
TOTAL	270.189,26		263.408,03		193.726,40

Cientificado pelo DT-e, em 03/02/2025, do teor da informação fiscal, o Sujeito Passivo não se manifestou.

É o relatório.

VOTO

Considerando que não foram suscitadas questões preliminares, adentro diretamente ao mérito da autuação, conforme segue.

A conduta autuada foi descrita como *“Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas aquisições de mercadoria adquirida de outras unidades de Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento”*.

Trata-se de recolhimento a menos do diferencial de alíquotas, nas aquisições interestaduais de bens do ativo fixo da empresa, no período de 2019 a 2021, conforme esclarece a peça inaugural do lançamento.

O Sujeito Passivo se opôs parcialmente ao lançamento, alegando que: *“a) parte das operações se refere a notas fiscais de transferência de bens do ativo com mais de um ano de uso, sem incidência, portanto do ICMS; b) relativamente a uma segunda parte das operações, alega haver recolhido parcela do que está sendo lançado, admitindo, todavia, o erro operacional em relação a outra parcela; c) finalmente, naquilo que se reporta às aquisições de produtos de informática, alega descaber o recolhimento, vez que a carga tributária interna dessas mercadorias é de 12%”*.

Na mesma data em que subscreveu a sua peça impugnatória (dia 20/06/2022), o Sujeito Passivo efetivou o recolhimento de parte do ICMS lançado, no montante histórico de R\$ 193.726,40 (vide folha 87), relativo à parte do auto de infração não contestada.

Em sua informação fiscal, o auditor estranho ao feito acolheu os argumentos empresariais e refez o demonstrativo de débito, oportunidade em que reduziu o valor lançado de R\$ 270.189,26 para R\$ 193.726,40, conforme demonstrativo acostado à folha 95.

Examinando os fólios processuais, é possível chegar às seguintes conclusões.

Quanto às operações de transferência, o exame dos documentos fiscais autuados revela que possui razão o Sujeito Passivo, pois se trata de bens do ativo imobilizado com mais de um ano de uso, conforme indicado no campo “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES” dos documentos fiscais autuados, a exemplo da Nota Fiscal nº 10.085, de 25/01/2019 (folha 250), a qual descreve as mercadorias como “TRANSPALETEIRA ELÉTRICA”, “CARREGADOR DE BATERIA”, “SUPORTE DE BATERIA” E “BATERIA TRACIONÁRIA”.

Nesse sentido, o auditor estranho ao feito, após exame dos documentos fiscais indicados, acolheu as razões impugnatórias, conforme trecho da sua peça informativa, abaixo reproduzido.

*“A impugnante assim menciona: Produtos relativos a transferência de ativo imobilizado, não sendo devido o diferencial de alíquotas - fls 48 a 56. **Assiste razão ao contribuinte** (grifo acrescido).”*

Quanto ao recolhimento de parte dos valores lançados no Livro Registro de Apuração de ICMS, noto que assiste, igualmente, razão ao contribuinte, conforme atesta o auditor estranho ao feito, que assim se manifestou após exame da escrita fiscal do autuado.

*“... . Reconhece parte dos lançamentos e faz o recolhimento. Menciona que alguns dos produtos foi recolhimento na apuração do ICMS(RAICMS), justificado no PAF 2069200006/22-1. **Assiste razão ao contribuinte pelo autuante não ter considerado lançamentos no RAICMS e pagamentos realizados nos exercícios de 2020 e 2021** (grifos acrescidos).”*

Por fim, quanto à aquisição de produtos de informática, mais uma vez, possui razão o contribuinte, pois a carga tributária interna de tais mercadorias é de 7%, conforme dispõe o art. 266, inciso XIII, alínea “d” do RICMS/12, abaixo reproduzido.

“Art. 266. É reduzida a base de cálculo, podendo ser mantido integralmente o crédito fiscal relativo às entradas e aos serviços tomados vinculados a essas operações:

*...
XIII - das operações internas com aparelhos e equipamentos de processamento de dados e seus periféricos (“hardware”), inclusive automação, bem como com suprimentos de uso em informática para armazenamento de dados e impressão, indicados no quadro a seguir, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 7%:*

...
8471 - Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições, exceto computador de mesa (desktop), computador portátil (notebook e tablet).
...”

Sendo menor, a alíquota interna, do que aquela praticada na operação interestadual, descabe, por consequência, o recolhimento do diferencial de alíquotas.

Assim, acolho o novo demonstrativo fiscal elaborado pelo estranho ao feito e julgo o auto de infração PROCEDENTE EM PARTE, em conformidade com o demonstrativo abaixo.

MÊS	DIFAL
fev/19	R\$ -
abr/19	R\$ -
set/19	R\$ 32,77
out/19	R\$ -
fev/20	R\$ -
jun/20	R\$ -
jul/20	R\$ 193.170,73
ago/20	R\$ 522,90
set/20	R\$ -
abr/21	R\$ -
jun/21	R\$ -
jul/21	R\$ -
TOTAL	R\$ 193.726,40

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206920.0007/22-8**, lavrado contra **BRAVO ARMAZÉNS GERAIS LTDA**, devendo ser intimado, o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 193.726,40**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já reconhecidos e recolhidos pela empresa.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de junho de 2025.

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR